



Agroextrativismo em Unidades de Conservação Federais na Amazônia brasileira

Agroextractivism in Federal Conservation Units in the Brazilian Amazon

PILNIK, Málika¹; DE TOLEDO, Gabriel²

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), malika.pilnik@icmbio.gov.br;

²ICMBio, gabriel.toledo@icmbio.gov.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Biodiversidade e Conhecimento das/os Agricultoras/es, Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo: O ICMBio possui como uma de suas missões institucionais promover o desenvolvimento socioambiental nas Unidades de Conservação Federais. Para tanto, é necessário conhecer os diferentes usos sustentáveis que são realizados pelos povos e comunidades tradicionais desses territórios. Nesse sentido, este trabalho possui o objetivo de realizar uma breve sistematização de informações sobre as cadeias produtivas da sociobiodiversidade que estão sendo implementadas em UCs da Amazônia. Procedeu-se com um levantamento feito por meio de formulário preenchido pelos gestores das UCs. Obteve-se uma diversidade de 22 categorias de produtos. Ao mesmo tempo, constatou-se que os principais desafios são baixo nível de organização social, ausência de assistência técnica continuada e agroecológica e pouco financiamento para projetos que incentivem o agroextrativismo.

Palavras-chave: sociobiodiversidade da Amazônia; sistematização de informações; produção sustentável; organização social; agroextrativismo.

Introdução

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia federal criada em 2007 que possui a missão institucional de proteger as Unidades de Conservação (UCs) federais e de garantir o seu desenvolvimento socioambiental. A entidade está atualmente estruturada em cinco Gerências Regionais, sendo uma por região. A Gerência Regional Norte – GR1 realiza gestão estratégica de 129 UCs na Amazônia, das quais aproximadamente 70% são de Uso Sustentável (US) e o restante de Proteção Integral (PI), em que a maioria é habitada por populações tradicionais. Com relação aos povos e comunidades tradicionais, constata-se seu protagonismo no alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Isso porque seu modo de vida contribui secularmente para a etnoconservação ambiental, mantida por meio de atividades produtivas de baixo impacto e em pequena escala, baseadas no extrativismo florestal, em sistemas agrícolas agrobiodiversos, na caça/pesca e na criação de animais de pequeno e médio porte (Diegues, 2019).

Segundo pesquisas multidisciplinares sobre florestas culturais (Levis et al., 2017), povos indígenas e comunidades tradicionais manejaram e transformaram o ambiente que os circundam, tornando a paisagem um produto da coevolução



humana e natural, em função das necessidades materiais e espirituais que possuem.

Essas modificações são positivas porque resultaram no aumento da biodiversidade local de plantas úteis (sobretudo das alimentícias), de acordo com evidências arqueológicas, florísticas, palinológicas e antropológicas (Teixeira et al., 2009).

Os povos e comunidades tradicionais das UCs de US detém direito constitucional de usar o território, tanto para atividades de autoconsumo como para comercialização dos produtos da sociobiodiversidade. Contudo, existe uma crescente ameaça ao modo de vida tradicional e, conseqüentemente, à conservação ambiental: a transformação do uso da terra por meio da conversão de paisagens florestais em pastagens e/ou monocultivos. Um dos maiores exemplos dessa transformação ocorre na Reserva Extrativista Chico Mendes. Os principais motivos são: (1) ausência de incentivos financeiros/tecnológicos para atividades sustentáveis através de políticas públicas de longa duração; e (2) incentivo para o estabelecimento de cadeias produtivas predatórias, sobretudo a do gado bovino, inclusive, com financiamentos por meio de políticas de governos estaduais (Pilnik et al., 2022).

Essa ameaça evidencia a necessidade urgente de desenvolvimento, implementação e aprimoramento de projetos de uso sustentável (US) dos recursos naturais e da biodiversidade nas áreas protegidas da Amazônia. Nesse contexto, a Etnobiologia e a Agroecologia são excelentes ferramentas para compreender a relação entre seres humanos e a natureza a partir de uma perspectiva decolonial e socialmente compromissada (Ferdinand, 2022). Assim, essas ciências contribuem para oferecer alternativas de desenvolvimento que conciliem as atividades produtivas com a conservação socioambiental e com a melhoria da qualidade de vida das famílias extrativistas (Diegues, 2019).

No sentido de contribuir para a efetivação de atividades produtivas de US nas UCs da Amazônia, este estudo se propôs a sistematizar atividades produtivas da sociobiodiversidade que estão em curso e que possuem potencial para serem aprimoradas. A referida sistematização pode contribuir para: (1) identificar os desafios encontrados quanto à implementação de cadeias da sociobiodiversidade; (2) detectar as atividades que precisam de aprimoramento; (3) auxiliar na multiplicação de experiências exitosas em localidades com projetos ainda incipientes; (4) valorizar e dar visibilidade aos projetos em curso; (5) conhecer e fortalecer práticas agroecológicas tradicionais; (6) fornecer subsídios para a formulação e execução de políticas públicas da sociobioeconomia; (7) promover a soberania e segurança alimentar e; (8) incentivar e assegurar assistência técnica continuada e agroecológica nas áreas protegidas da Amazônia.



Metodologia

A GR-1 apoia a gestão de 89 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (48 Reservas Extrativistas, 34 Florestas Nacionais, 3 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 3 Áreas de Proteção Ambiental e 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável) e de 40 UCs de Proteção Integral (20 Parques Nacionais, 10 Reservas Biológicas e 10 Estações Ecológicas), totalizando 129 UCs (Figura 1).

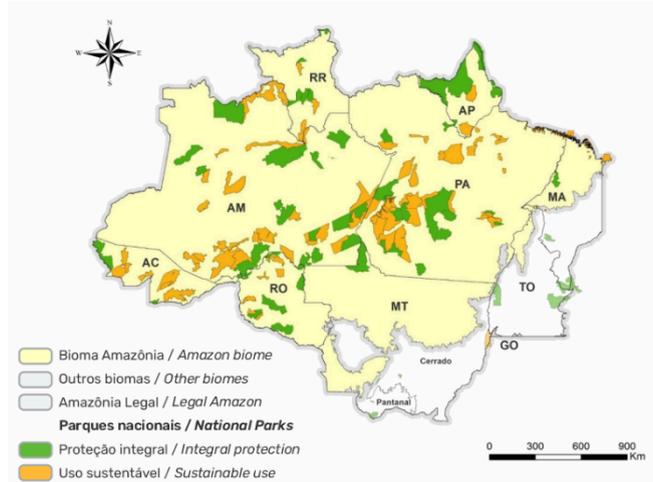


Figura 01. Mapa das UC Federais de Uso Sustentável e de Proteção Integral da Amazônia geridas pela GR-1. Fonte: ICMBio (2021). Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/adote-um-parque/arquivos/mapa.png/view>.

Os dados foram coletados por meio de formulário online enviado aos gestores das 129 Unidades de Conservação no primeiro semestre de 2023. Foram recebidas 101 respostas. O formulário continha questões como: a) como as comunidades moradoras das UCs se organizam?; b) quais são os produtos do agroextrativismo?; c) qual é o destino da produção?; d) quais produtos possuem potencial para comercialização?; e) quais são os canais já consolidados de comercialização?; f) quais são as parcerias interinstitucionais já existentes?; g) quais são os desafios identificados pela gestão da UC para implementação das cadeias da sociobiodiversidade?; e g) quais são as dificuldades encontradas pelas comunidades tradicionais para a implementação de atividades sustentáveis? Tendo como pano de fundo o campo científico da Agroecologia, a análise dos dados foi realizada por meio da interpretação de gráficos e de tabelas, contendo o resultado obtido a partir da coleta das informações supracitadas. Ademais, realizou-se análise qualitativa quanto aos desafios e oportunidades apresentados para a promoção da conservação da sociobiodiversidade a partir de atividades de uso sustentável.

Resultados e Discussão

Foram coletadas informações sobre 101 UCs, das quais 69 de US e 32 de PI. Do total de UCs, 14 mencionaram que não havia comunidades nem produção agroextrativista.



Alguns gestores informaram não possuir as informações questionadas sobre suas UCs. Isso evidencia um primeiro desafio: a dificuldade e a necessidade de realizar diagnóstico socioeconômico das comunidades tradicionais em UCs federais. Sobre a organização social das comunidades, obtivemos que 81% têm Associações, 21% têm Cooperativas, 21% têm Coletivos, Grupos de Mulheres ou grupos de jovens, enquanto aproximadamente 11% das UCs têm comunidades sem organização alguma (Figura 2). Tal informação demonstra a necessidade de fortalecer as organizações sociais, a partir de formações políticas em associativismo e cooperativismo; intercâmbio de experiências, etc. Um número menor também se reúne em institutos e colônias de pescadores, conforme ilustra a Figura 2.

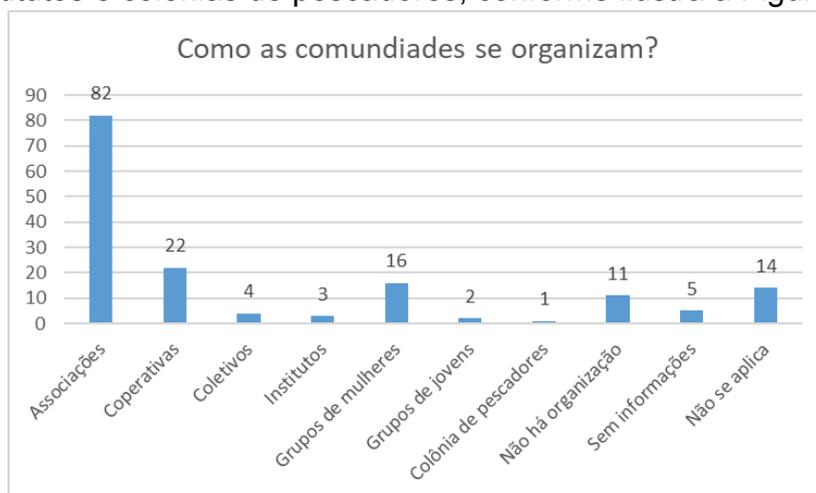


Figura 2. Distribuição das formas de organização social das comunidades das UCs abordadas.

Sobre os produtos oriundos do agroextrativismo, foi obtido um resultado diverso (Tabela 1). Observa-se que o produto com maior frequência é a farinha de mandioca, seguida dos óleos vegetais (andiroba, copaíba e de diferentes tipos de palmeiras). Em terceiro lugar estão empatados a castanha-da-amazônia e o açaí, produtos que se distribuem por praticamente toda a região amazônica e que possuem uma cadeia mais consolidada em comparação aos demais. Em quarto lugar também empatados estão os pescados (diferentes espécies com destaque para o pirarucu manejado) e as frutíferas nativas (cacau, cupuaçu, tucumã, patauá, bacaba, bacuri, cumaru, camu-camu, murmuru, etc).

Dentre os produtos do roçado estão: mandioca, banana, mamão, feijões, milhos, inhames, carás, quiabo, maxixe, abóbora, etc. Dentre os demais produtos florestais, alguns exemplos são o breu, cipós, seivas e folhas medicinais. Esses produtos necessitam de aprimoramento em relação às práticas de armazenamento e beneficiamento, além de preço justo. Na maioria das UCs (63), a produção agroextrativista é destinada tanto para o autoconsumo quanto para comercialização. Em 11 UCs são utilizados apenas para autoconsumo, em 3 somente para comercialização, em outras 3 não há informações sobre a destinação dos produtos e em 14 tal informação não se aplica por não haver moradores listados de forma oficial na Unidade.



Para as comunidades que comercializam os produtos, observa-se que mais da metade da produção é vendida para atravessadores, o que evidencia uma enorme problemática: a desvalorização dos produtos e das práticas agroextrativistas sustentáveis. Isto porque é frequente o pagamento por esses intermediários de valores monetários injustos, por vezes irrisórios, que inviabilizam financeiramente a atividade. Porém, por falta de alternativa e para não perder a produção, os comunitários acabam comercializando mesmo nessas condições. Isso se dá em razão do isolamento geográfico das UCs, poucas opções de mercado, logística complexa de escoamento da produção e modais de transporte precários.

Tabela 1. Produtos agroextrativistas das comunidades das UC Federais da Amazônia.

Produtos da sociobiodiversidade	Quant.
*Madeira (PMC)	7
**Frutos do mar	5
Criação de pequenos e médios animais	5
TBC	3
Jacaré	1
Hortaliças	1
Cerâmica	1
Cosméticos	1
Queijo de búfala	1
Peixes ornamentais	1
Produtos da sociobiodiversidade	Quant.
Farinha de mandioca	46
Óleos vegetais	40
Castanha da Amazônia	34
Açaí	34
Pescado	31
Frutíferas nativas	31
Produtos do roçado	29
Outros produtos florestais	23
Frutíferas cultivadas	22
Borracha (látex seringueira)	9
Mel	9
Artesanato	8

Outro canal de comercialização que apareceu com certa frequência foram as feiras locais, demonstrando a importância da economia local e dos circuitos curtos de comercialização para a geração de renda das famílias extrativistas. Os mercados institucionais (compras públicas) estiveram presentes de forma bastante comedida, mas algumas UCs destacaram que já foram muito relevantes anos atrás.



Evidenciando a importância de fortalecê-los, tendo em vista se tratar de canais mais justos e constantes, além de trazer diferentes benefícios, como a segurança e a soberania alimentar, ao possibilitar a destinação dos produtos alimentícios para as escolas comunitárias das UCs, propiciando também a valorização cultural através da alimentação tradicional. Demais canais de comercialização aparecem de forma menos expressiva, conforme pode ser visualizado na Figura 3.

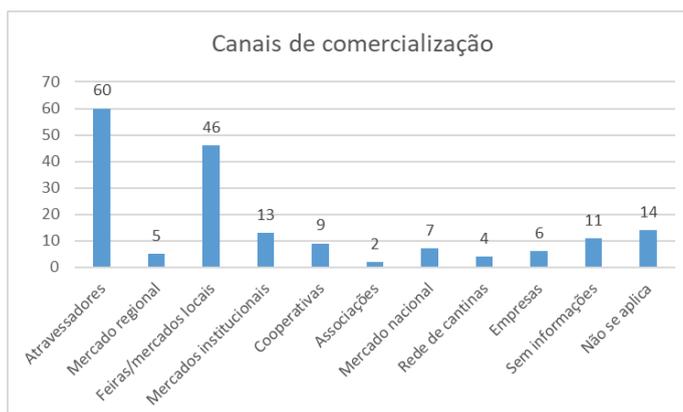


Figura 3. Comercialização da produção agroextrativista comunitária das UCs.

Destacam-se também os principais desafios enfrentados pelos gestores das UCs com relação à agenda de US: baixo quadro de servidores efetivos, pouco financiamento para apoiar a estruturação das cadeias produtivas e necessidade de capacitação institucional para as equipes no sentido de qualificar os servidores nesta pauta.

Paralelo a isso, as principais dificuldades encaradas pelos comunitários, de acordo com os gestores, são: baixo nível de organização social, ausência de assistência técnica continuada e especializada em agroecologia e falta de parcerias para suporte financeiro com relação às atividades agroextrativistas sustentáveis.

Conclusões

Diante do estudo realizado quanto às ações de agroextrativismo desenvolvidas em 101 UCs Federais da Amazônia, foi possível constatar a diversidade de categorias de produtos da sociobiodiversidade que possuem potencial para comercialização e que podem propiciar conjuntamente a conservação ambiental, a geração de renda, a segurança e a soberania alimentar e a valorização cultural, aliados à produção sustentável, por meio do agroextrativismo. Contudo, verifica-se que para a implementação efetiva das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, é urgente a aplicação de algumas medidas: capacitação de servidores e de comunitários em temas como associativismo, cooperativismo, gerenciamento de negócios, estruturação de cadeias produtivas, etc; implementação de assistência técnica agroecológica; articular parcerias interinstitucionais com o setor público, privado e com organizações da sociedade civil para desenvolver ferramentas de incentivo ao



US em detrimento de atividades ilícitas que competem economicamente (pecuária, exploração predatória de madeira e dos estoques de caça e pesca, e garimpo).

Referências bibliográficas

DIEGUES, A.C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, p. 116-126, 2019.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora. 2022.

LEVIS, C. C. et al. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**, v. 355, p. 925-931, 2017.

PILNIK, M. S. et al. **Conservação da sociobiodiversidade na Resex Chico Mendes, Acre: desafios e perspectivas**. Revista Ethnoscience, v. 7, p. 109-143, 2022.

TEIXEIRA, W. G. et al. **As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Embrapa Amazônia Ocidental-Livro científico (ALICE).422p, 2009.